



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2014.0000727280

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0053339-22.2010.8.26.0001, da Comarca de São Paulo, em que são apelantes/apelados ALICE FERREIRA DA COSTA (JUSTIÇA GRATUITA), GIZELY FERREIRA DA COSTA (JUSTIÇA GRATUITA), RODRIGO FERREIRA DA COSTA (JUSTIÇA GRATUITA) e RONALDO FERREIRA DA COSTA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado/apelante AÇOS CAMPINAS LTDA.

ACORDAM, em 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento aos recursos. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores DIMAS RUBENS FONSECA (Presidente sem voto), CELSO PIMENTEL E BERENICE MARCONDES CESAR.

São Paulo, 11 de novembro de 2014.

Manoel Justino Bezerra Filho
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Apelação Processo nº 0053339-22.2010.8.26.0001

Relator(a): **Manoel Justino Bezerra Filho**

Órgão Julgador: **28ª Câmara de Direito Privado**

COMARCA: SÃO PAULO - 5ª VARA CÍVEL

APTES/APDOS: ALICE FERREIRA DA COSTA, GIZELY FERREIRA DA COSTA, RODRIGO FERREIRA DA COSTA E RONALDO FERREIRA DA COSTA

APELADO/APELANTE: AÇOS CAMPINAS LTDA

V O T O Nº 21. 881

Acidente de Trânsito – Ação de Indenização – Atropelamento do marido/pai, com morte – Marcha a ré, sem auxílio de ajudante – Manobra de risco por conta exclusiva do condutor que subiu com o carro no meio fio e acabou por atropelar a vítima – Dano moral configurado – Indenização fixada em valor justo – Sentença mantida – Recursos não providos

Trata-se de apelações dos autores (fls. 158/170) e da requerida (fls. 172/180), interpostas ante a r. sentença (fls. 150/155) do MM. JUIZ MAURÍCIO CAMPOS DA SILVA VELHO, que julgou parcialmente procedente a ação para condenar a ré a pagar indenização no valor de R\$ 102.000,00 para a autora Alice e de R\$ 25.500,00 para os outros coautores, Gizely, Rodrigo e Ronaldo, com atualização monetária pela Tabela do TJSP desde a data de fixação desta verba e juros de mora de 1% ao mês desde a data do acidente, bem como a pagar os consectários legais e 10% do valor da condenação a título de honorários.

Insurgem-se os autores apelantes, argumentando a

necessidade de majoração do valor dos danos morais para 600 salários mínimos, sendo 300 para a esposa Alice e 100 para cada um dos filhos, bem como dos honorários advocatícios para 20% sobre o valor da condenação.

Por outro lado, insurge-se a ré apelante, alegando a necessidade de julgamento de improcedência da demanda e, subsidiariamente, a diminuição do valor dos danos morais para até R\$ 50.000,00 e dos honorários advocatícios para 5% sobre o valor da condenação, sem atualização e sem juros de mora.

Os recursos são tempestivos e o dos autores não está preparado em razão da gratuidade concedida a fls. 84; já o da ré está preparado (fls. 181/183). Foram apresentadas contrarrazões (fls. 188/195 e 197/205). Após a douta revisão, os autos vieram a julgamento.

É o relatório.

O pedido é de indenização por dano moral, estando no polo ativo a viúva e 3 filhos da vítima. Em 08.10.2009, caminhão da ré apelante trafegava em marcha à ré, sem auxílio de ajudante, invadiu o meio fio onde estava a vítima e bateu em um poste de iluminação, prensando o corpo da vítima e vindo a causar sua morte.

A culpa do motorista do veículo é evidente, não havendo que se falar em concorrência de culpa, nada havendo a trazer indicações em tal sentido. Marcha a ré é forma inusitada de trafegar e, por isto, o motorista deve tomar cuidados extraordinários; quando se trata de caminhão, deve a manobra ser acompanhada por um ajudante, do lado de fora, que indique ao motorista se pode ou não prosseguir na marcha. Tivesse sido tomado tal cuidado e certamente o acidente não teria ocorrido.

Quanto ao valor da indenização por dano moral fixado

pelo douto juiz de primeiro grau, este está de acordo com o caso concreto. O valor total de condenação foi de R\$ 178.500,00, sendo R\$ 102.000,00 do valor para a viúva Alice, e R\$ 25.500,00 para cada um dos 3 herdeiros, valores que foram fixados na r. sentença prolatada em 24.1.2013, quando o salário mínimo era de R\$ 678,00. Portanto, a indenização corresponde a 263,2 salários mínimos da época, valor adequado para o caso sob exame. Há entendimento no sentido de que, em princípio, acidente com morte faz com que surja direito à indenização no valor correspondente a aproximadamente duzentos salários mínimos. Considerando-se que no caso os autores são a viúva e três filhos, mantém-se o valor fixado. Os honorários foram corretamente fixados e também ficam mantidos.

Como é sabido, a indenização a título de dano moral não deve ser causa de enriquecimento infundado para uma das partes, nem causa de miserabilização da outra. Ademais, o valor não pode ser minúsculo, a ponto de não trazer o caráter didático que tal tipo de indenização sempre apresenta. À luz de todos estes parâmetros, tem-se por correto o valor fixado, afastando-se os argumentos de ambos os recursos.

Nega-se provimento aos recursos.

MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO

Relator